

# **O protagonismo da ABEPSS no passado e no presente: 30 anos de lutas**

## **Introdução**

Neste texto realizaremos uma breve retrospectiva da trajetória da ABEPSS nos últimos 30 anos, tendo como marcos históricos o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, e a XXI Convenção da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, em Natal/RN, em 1979. Contudo, nosso foco está voltado para a história que se processa hoje, num contexto de profundas e ampliadas contradições, decorrentes da crise do capital e sua tradução no solo histórico brasileiro. Assim, revisitamos estes 30 anos de lutas como inspiração para o aprofundamento daquela direção ético-política, inaugurada com a Virada, no tempo presente.

## **1- A coordenação da ABEPSS na construção do projeto de formação profissional<sup>1</sup>**

A ABESS foi criada em 1946, então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, uma década após a instalação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil, a Escola de Serviço Social da PUC-SP. Nossa entidade acadêmico-científica completa 63 anos em 2009.

Um marco na história da entidade foi a Convenção de 1979, quando assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional, transformando-se em Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. A criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), na década de 1980, veio a atender às novas demandas potencializadas com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação, a partir de 1972. Nesse processo de construção “os avanços teórico-metodológicos e ético-políticos da formação profissional tiveram na ABESS, nestas últimas cinco décadas, uma obstinada propulsora” (Koike, 1997, p.09).

---

<sup>1</sup> Este item é uma versão modificada do artigo de Sâmia Rodrigues Ramos, intitulado “Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros: a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional”, publicado na Revista Serviço Social e Sociedade n°88, em 2006.

Um novo momento marcante na história da ABESS ocorreu na segunda metade da década de 1990, com a mudança do seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior.

O processo de construção coletiva dessa mudança foi bastante polêmico, eivado de debates e disputas, em uma dinâmica de confrontos entre perspectivas teórico-políticas diferenciadas, o que, por vezes, gerou conflitos entre entidades e sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo em que contribuiu para o amadurecimento desses protagonistas e enriqueceu o debate profissional. Uma marca na trajetória da ABESS/ABEPSS tem sido o processo democrático expresso na participação intensa dos sujeitos que constroem a formação profissional, com debates enraizados nas unidades de formação acadêmica, nas regionais e no nível nacional<sup>2</sup>.

Em 1982, é regulamentado o Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social do país, a partir da proposta discutida desde 1979. Essa nova proposta curricular representou, juntamente com o Código de Ética de 1986, uma profunda renovação profissional, signo "daquelas conquistas políticas e teóricas, cujo lastro de crítica visava à recusa da base filosófica tradicional, predominantemente conservadora que informava o Serviço Social" (CFESS, 1996, p.176). O centro da revisão curricular de 1979/1982 foi a conexão da formação com a realidade brasileira em um momento de redemocratização e ascenso das lutas dos trabalhadores.

Nesses termos, o currículo mínimo de 1982 significou, no âmbito da formação, a afirmação de uma nova direção social hegemônica no seio acadêmico-profissional, o que se consolidou com a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovada pela categoria em 1996 e aprimorada pela Comissão de Especialistas em documento de 1999<sup>3</sup>. O processo de construção das Diretrizes ocorreu mediante longos

---

<sup>2</sup> A estrutura e dinâmica da ABEPSS constam no seu Estatuto, aprovado na Assembléia Geral, em São Luís, em 2008.

<sup>3</sup> Lamentavelmente, o documento que regula as Diretrizes para a formação em Serviço Social no Ministério da Educação, aprovado pelo CNE em 2001, não respeitou as Diretrizes da ABEPSS, retirando princípios e conteúdos fundamentais, especialmente no tocante à direção social e ético-política do perfil profissional que definimos coletivamente. No planejamento da atual gestão da ABEPSS (2009-2010) está prevista a realização

debates, envolvendo a categoria profissional, em que foram socializadas experiências significativas, vivenciadas nas diferentes unidades de formação acadêmica e nas diversas regiões do país, tendo o pluralismo (teórico-metodológico e político) e o processo democrático se constituído em parâmetros na condução desse processo (Cardoso et al, 1997). A elaboração das Diretrizes teve na ABESS um protagonismo incontestável. A proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social foi, portanto, um produto coletivo, construído pelos(as) assistentes sociais brasileiros, a partir de 1993, ano no qual a XXVIII Convenção Nacional da ABESS deliberou os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982.

A entidade promoveu e coordenou a avaliação da formação profissional envolvendo as unidades de formação acadêmica de Serviço Social do país. Um exemplo da sua atuação foi a realização, entre 1994 e 1996, de aproximadamente 200 oficinas locais, 25 oficinas regionais e 2 oficinas nacionais para discutir/elaborar a nova proposta curricular. A proposta, coletivamente construída, foi aprovada na Assembléia Geral da ABESS, realizada em novembro/1996 no Rio de Janeiro e se caracterizou como Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, a partir de exigência da LDB (Lei 9394), aprovada em 20 de dezembro de 1996.

Esse processo de mobilização e elaboração contou com a participação de um grupo de assessores composto por docentes de referência nacional e conselheiras/os do CFESS. As entidades nacionais – CFESS e ENESSO – apoiaram e participaram intensamente do debate, o que denota o potencial de organização da categoria dos(as) assistentes sociais na condução das suas discussões e decisões coletivas. Isto é mais uma vez demonstrado na definição das Diretrizes Curriculares, pois o Serviço Social foi o único curso que já havia construído nacionalmente sua proposta curricular quando o MEC a exigiu, após a aprovação da LDB.

Um desafio permanente da ABEPSS é acompanhar a implantação das Diretrizes Curriculares. Isso envolve pensar um processo de formação continuada que venha a atingir os docentes de todas as universidades e/ou faculdades que tenham em seu quadro o curso de graduação em Serviço Social como um instrumento necessário e urgente

---

de ações para recolocar o debate sobre as nossas diretrizes tendo em vista a retomada dos documentos originais.

para que a implementação das Diretrizes não seja fraturada em seus elementos mais relevantes, e para que seus fundamentos não sejam diluídos em seus aspectos mais importantes, tanto no lugar que ocupam no pensamento progressista sobre a sociabilidade regida pelo capital, quanto na particularidade de sua apropriação pelo Serviço Social (Araújo, 2000).

Esse acompanhamento vem ocorrendo sistematicamente pelas várias diretorias da ABEPSS, por meio da realização de oficinas, de visitas às unidades de formação acadêmica, que vêm sendo realizadas desde a aprovação das Diretrizes, as quais subsidiam a elaboração e implantação dos projetos pedagógicos das diversas unidades de formação acadêmica filiadas. É importante enfatizar que dificuldades compõem neste acompanhamento as unidades de formação acadêmica, com destaque para as limitações financeiras e de militância, que, por vezes, impedem a regularidade e os resultados deste trabalho.

Outra dimensão necessária é a avaliação continuada da implantação da nova proposta curricular. Esse processo de avaliação foi aprofundado com a realização da pesquisa avaliativa sobre a “Implementação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social no Brasil”, durante o período 2005-2007<sup>4</sup>, após dez anos de sua aprovação no âmbito profissional. Esta pesquisa envolveu mais de cem unidades de formação acadêmica e

privilegiou: a) a identificação do perfil das unidades de ensino, b) as tendências quanto à concepção e às formas de organização do conteúdo dos componentes curriculares, em relação cinco eixos: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, Questão Social, Trabalho e Serviço Social, Pesquisa e a Prática na formação profissional; c) a identificação das principais dificuldades e desafios. O processo da pesquisa significou um momento forte de mobilização e debates com a reafirmação da direção estratégica da formação, no quadro adverso da privatização e precarização do ensino superior na sociedade brasileira (ABREU, 2008, p.\_\_\_\_).

Em relação aos eventos promovidos pela ABEPSS, no decorrer da década de 1990, destaca-se a consolidação dos Encontros Nacionais de Pesquisadores de Serviço Social - ENPESS e as Convenções Nacionais, hoje Assembléias Gerais da ABEPSS, que

---

<sup>4</sup> Os resultados desta pesquisa foram socializados, pela gestão 2007/2008 da ABEPSS, por meio de Cdrom, entregues no XI ENPESS, e da publicação da Revista Temporalis nº 14.

são realizados de dois em dois anos. Tornaram-se fundamentais espaços de articulação também as Oficinas Regionais e Nacional de Graduação e Seminários de Pós-Graduação, como espaços intermediários de capacitação e realização do debate político-acadêmico.

Ressalte-se, também, a participação na articulação latino-americana, tal como analisa Abreu:

A criação em 2006 da Coordenação de Relações Internacionais justifica-se no âmbito das estratégias da luta emancipatória no confronto com a mundialização inerente ao capital e à classe burguesa, e ganha importância particular na complexidade do atual momento da vida social com o avanço destrutivo da mundialização do capital sob o domínio do imperialismo norte-americano e suas implicações sobre o trabalho e as lutas sociais, e como referência para o ensino, a pesquisa e a extensão na formação acadêmica e prática interventiva do assistente social. A articulação internacional da ABEPSS aponta uma estratégia em relação à América Latina, a partir do compromisso e da contribuição ao processo de reestruturação da ALAETS em ALAEITS, em 2006, e apoio ao seu fortalecimento como uma importante mediação de articulação acadêmico-política da profissão nesse continente; mas, já registra a aproximação com Unidades de Ensino da Comunidade Européia que se articulam na perspectiva da construção de uma unidade curricular para os cursos de Serviço Social que já se tornaram de nível superior, em alguns países (ABREU, 2008, p.\_\_\_\_).

Essa articulação acadêmico-política internacional, especialmente com a América Latina é um grande desafio para a ABEPSS devido, sobretudo, ao processo de reorganização da ALAEITS, no qual a entidade brasileira tem procurado contribuir na perspectiva de defender os princípios do projeto fundador da ALAETS/CELATS, calcado nos ideários do Movimento de Reconceituação, na perspectiva de avançar no reconhecimento da situação da formação profissional na região, traçando parâmetros comuns num futuro próximo. Todas estas atividades, coordenadas pela ABEPSS, sinalizam para a reconstrução permanente do projeto de formação profissional do assistente social “demarcado transversalmente pelos dilemas da contemporaneidade da sociedade brasileira nos anos de 1990, nos quadros da nova ordem mundial (...)” (IAMAMOTO, 1994, p.163).

Dentro disso, temos grandes desafios, em especial aqueles postos pela situação da universidade que rebatem na materialização do projeto de formação profissional são repercussões da lógica mercantil hegemônica no contexto de mundialização do capital. O fortalecimento do projeto de formação profissional e a atuação da ABEPSS na

coordenação deste processo, não podem ser dissociados da análise da implementação de uma política governamental orientada por organismos multilaterais de fomento e financiamento (MENDES, 2004) que representa a materialização do projeto neoliberal na totalidade da vida social, incidindo, de forma particular, nos espaços educacionais e de formação profissional.

Na perspectiva de lutar contra essa lógica neoliberal é fundamental assegurar as conquistas históricas do debate da formação profissional, articulado ao projeto ético-político na direção de contribuir para fortalecer um projeto de formação profissional que “aposte nas lutas sociais, na capacidade dos agentes históricos de construir novos padrões de sociabilidade para a vida social” (IAMAMOTO, 1994, p.163).

## **2 - Desafios à Formação Profissional em tempos de crise mundial<sup>5</sup>**

A defesa da formação profissional, sem dúvida, é uma das principais frentes de luta do serviço social brasileiro nesse momento histórico e é fundamental apreender o significado da expansão desmesurada do ensino superior sem qualidade, em geral com fins lucrativos e à distância, ainda que não exclusivamente. Os dados são amplamente conhecidos por todas(os) nós, e estão publicados no último livro de Marilda Iamamoto (2007) e na tese de Larissa Dahmer (2007), bastando dizer que seis instituições de EAD (uma pública e cinco privadas) são responsáveis pela oferta de 27.156 vagas em 202 Instituições que implementam os cursos. Nesse ritmo de crescimento, o número de profissionais poderá dobrar em 10 anos, processo que deveremos acompanhar de perto, já que o ritmo da produção de graduandos não implica necessariamente em entrada no mercado de trabalho e inscrição no CRESS.

Mas o que deve nos chamar atenção aqui não são apenas os números. A primeira campanha que dá origem à política de comunicação do Conjunto CFESS/CRESS tinha o mote: “O Brasil Precisa de Serviço Social”. Um país com a magnitude da desigualdade, da exploração, da discriminação que temos precisa de muitos assistentes sociais: 83 mil são

---

<sup>5</sup> Incorporamos aqui parte da conferência realizada por Elaine Rossetti Behring, em Brasília, a convite do CFESS, no âmbito do Seminário Nacional Implicações da Contra-Reforma do Ensino Superior no Serviço Social e o Exame de Proficiência em Questão, em 13 de junho de 2008.

insuficientes. Nós queremos mais direitos, mais serviços para assegurá-los, mais concursos públicos. A França mobiliza cerca de 600 mil trabalhadores sociais, dentre os quais os assistentes sociais. A nossa questão é a produção massificada e com conteúdos banalizados, é a qualidade do ensino que está sendo oferecido, que não assegura o perfil das diretrizes curriculares, não garante o serviço social que o Brasil precisa.

Ao lado do EAD, crescem os cursos privados, que muitas vezes são de baixa qualidade, em que pese os esforços de jovens e comprometidos docentes, em função das condições de trabalho: contrato horista, ausência de pesquisa e extensão, turmas enormes, estágios que não asseguram supervisão acadêmica e de campo articuladas. Quanto à graduação à distância, sabemos que realiza no máximo adestramento, mas jamais formação profissional digna deste nome, como tem denunciado a ABEPSS, o CFESS e a ENESSO em suas notas públicas. Vale lembrar ainda que as medidas desencadeadas pela aprovação da LDB - exame nacional de curso, mestrados profissionalizantes, substituição dos currículos mínimos por diretrizes curriculares, cursos seqüenciais, ensino à distância em todos os níveis - seguem orientações dos organismos internacionais, no sentido da privatização das políticas sociais, de favorecimento da expansão dos serviços privados, de diversificação e massificação do ensino, e de reconfiguração das profissões, como vem chamando atenção Roberto Leher e vários textos do ANDES-SN. Assim, o significado estrutural da contra-reforma do ensino superior pode ser sintetizado por meio de alguns eixos:

- A expansão do ensino superior privado ligeiro presencial ou à distância, com o suporte na LDB e forte apoio institucional do Ministério da Educação, de FHC a Lula, ocorre para configurar nichos de valorização do capital médio, num período em que o capitalismo promove uma intensa oligopolização do capital, com tendências de concentração e fusão de capitais, e dificuldades de investimento produtivo e de valorização. Constitui ainda uma via de acesso ao fundo público e ao crédito, a exemplo da recente discussão acerca do apoio do BNDES a essas instituições, na perspectiva da valorização e do suporte ao lucro privado fácil e rápido, tendência esta que vem crescendo no contexto da crise. Vale nesse momento lembrar Marx em duas passagens de O Capital. Quando nos dirigimos ao Ministério da Educação para cobrar fiscalização e ensino de qualidade a resposta carregada de ironia foi a de que representamos as forças do atraso, quase ludistas

que querem quebrar as máquinas, como nos séculos XVIII e XIX. Como os burgueses do século XIX se dirigiam aos trabalhadores quando denunciavam a maquinaria como instrumento de subsumção e exploração do trabalho pelo capital tendo em vista a valorização. Diz Marx: “Quem, portanto, revela o que realmente ocorre com a utilização capitalista da maquinaria simplesmente não quer sua utilização, é um adversário do progresso social!” (Marx, 1984: 57). Na verdade estamos denunciando o uso da tecnologia para a padronização, empobrecimento e banalização da formação, além de meio de valorização do capital transformando a educação em mercadoria. E sobre a educação, continua nosso clássico: “(...) um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele apenas não trabalha a cabeça das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação” (Marx, 1984: 106). Nada mais atual: a introdução de tecnologia capital intensiva para o adestramento em grande escala e baixo custo – nesse caso os tutores e congêneres são super- explorados -, em curto espaço de tempo, produzindo valor.

O conceito de supercapitalização em Mandel, que significa espriar relações capitalistas de produção em esferas a rigor não mercantis, complementa esse raciocínio (que ademais vale para a previdência, a saúde, etc). O ímpeto do capital é valorizar-se sempre e a qualquer custo: do desperdício, da destruição do meio ambiente e no caso da contra-reforma do ensino superior, da qualidade discutível e o aligeiramento. E nesse período de intenso metabolismo destrutivo – no qual se esgota qualquer papel civilizatório do capitalismo, a supercapitalização, como mercantilização universal é uma tendência avassaladora. A reação burguesa à crise do capital dos anos 70 se funda na supercapitalização, sendo uma de suas dimensões a contra-reforma do Estado, na forma das privatizações. Esse é o significado mais profundo da EAD e da contra-reforma do ensino superior. Mas há mais elementos.

- A descoberta do curso de serviço social como nicho de valorização relaciona-se a uma demanda do mercado de trabalho, no formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes no neoliberalismo. Trata-se de produzir um adestramento para as requisições de mensuração e gestão/controle dos pobres, num contexto já antecipado por Ana Elisabete Mota, Carmelita Yasbek em textos dos anos

90 e mais recentemente por José Paulo Netto e Mavi Rodrigues, a exemplo do último CBAS, de assistencialização da política social brasileira, de acordo com uma concepção de assistência que não é a nossa. Nesse contexto, não se requisita o perfil das diretrizes curriculares, crítico, articulador político-profissional dos sujeitos, preocupado com os direitos e a cidadania, pesquisador que vai além das aparências dos fenômenos, profissional preocupado com a coletivização das demandas, com a mobilização social e a educação popular. Ao contrário, o que se requisita é um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação. Daí que é desnecessário o tripé ensino, pesquisa e extensão: nossa matéria vida, tão fina, é tratada com a velha indiferença do mercado. A resposta vem na forma do adestramento em torno de conteúdos fragmentados, parciais e medíocres. Nada de livros, mas apostilas! Nada da discussão e riqueza da sala de aula, mas a relação individual e virtual com um tutor distante e que orienta muitos alunos, ou seja, é super explorado. Empobrecimento e mediocridade em quantidade, com a ilusão de que está se promovendo o acesso ao ensino superior. Isso nos leva ao próximo eixo.

-A expansão desse tipo de ensino corresponde a uma estratégia política de legitimação porque se dá em nome da democratização do acesso ao ensino superior como forma de chegar ao emprego, o que tem um forte poder de mobilização da sociedade brasileira, que está entre as mais desiguais do planeta em todos os acessos, historicamente. A maior perversidade desse projeto é essa: estamos produzindo um exército de reserva de trabalhadores de formação superior limitada e que mal tem condições de competir no mercado de trabalho, como mostram os processos de seleção pública e concursos, mas que caem no canto de sereia do acesso, que na verdade é a forma do governo brasileiro corresponder aos parâmetros internacionais de competitividade e atratividade, no contexto da mundialização, no mesmo passo em que reproduz seu projeto político;

- Essa expansão tem conexão com as linhas mestras do projeto de “crescimento econômico” brasileiro, conforme as escolhas que tem sido feitas a partir da implementação do projeto neoliberal no Brasil, que traz em si o retorno às “vocações naturais”, numa reprimarização da economia brasileira, a exemplo do agronegócio, especialmente biocombustíveis e etanol. Essa hipótese, levantada por Marilda Yamamoto em alguns debates, merece ser mais explorada, mas parece claro que o ensino à distância tem ganhado

mais corpo no interior e em fronteiras de expansão dessa política. Nesse sentido, acirram-se as expressões da questão social e aumenta a demanda por assistentes sociais, mas com o perfil rebaixado e acrítico. A conexão também se faz com a contra-reforma do Estado e o redimensionamento das políticas sociais, como sinalizamos acima, na perspectiva do Estado mínimo para os trabalhadores e o Estado máximo para dar suporte a essas tendências de inserção e adaptação ao mercado mundial.

Aí estão os vetores estruturais e políticos que pressionam pela expansão do ensino superior privado ligeiro – e pelas investidas também junto ao setor público como o REUNI. Não é a primeira vez que acontecem mudanças estruturais no Brasil e que requisitam um novo perfil do ensino superior. A ditadura, com sua modernização conservadora, criou a universidade tecnocrática, buscando adaptá-la às requisições do milagre brasileiro, de força de trabalho qualificada em determinados níveis e calar as camadas médias urbanas que queriam mais vagas no ensino superior. Esse processo prenhe de contradições inverteu a relação entre ensino público e privado no Brasil – ou seja, a saída naquele momento também foi a privatização. Mas a universidade tecnocrática pública, ainda que tenha sido fragmentada, comportou o crescimento da pesquisa, e no processo de redemocratização e ascensão dos movimentos sociais foi possível democratizá-la e constituir espaços de resistência à “idiotia dos peritos”, tão denunciada pelos estudantes franceses em 68 que reivindicavam a totalidade e a criatividade. O serviço social se inseriu e se construiu na universidade brasileira como um desses espaços de resistência ao longo dos anos 70, apesar do ambiente hostil da ditadura e, sobretudo, a partir de 1979, ano da virada.

Isso mostra que o processo social sempre tem contradições – e o nosso grande desafio naquele momento difícil e nesse momento também difícil como organização política é encontrá-las e acirrá-las ao máximo, buscando alianças na sociedade brasileira para a resistência a esses processos. É verdade que as características do processo atual são nitidamente mais destrutivas e ameaçadoras para os que vêem a educação como direito e não como mercadoria e a querem pública, gratuita e de qualidade, quando se quebra a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, inclusive no setor público. É a requisição estrutural de uma tecnocracia limitada ao preenchimento de cadastros e a realização de metas quantitativas em detrimento da qualidade do atendimento aos usuários. Tal requisição é elevada à enésima potência e respondida por uma universidade operacional,

como diz Marilena Chauí, sem qualquer autonomia relativa em relação à dinâmica do mercado.

Frente a este quadro, que envolve forças sociais extremamente destrutivas, a ABEPSS faz um chamado à participação nas ações que estamos desencadeando, todas elas no campo da resistência.

### **3- Os desafios da ABEPSS na defesa de uma formação profissional de qualidade**

Existem vários desafios para a ABEPSS hoje, na perspectiva da formação profissional, em consonância com as Diretrizes Curriculares e o que vimos chamando, desde os anos 1990, de projeto ético-político profissional. Elegemos dentre eles, neste ano, em que celebramos os 30 anos de construção de uma nova identidade profissional conectada aos desafios da realidade brasileira e aliada das maiorias, três grandes frentes na agenda político-acadêmica: a construção da Política Nacional de Estágio (PNE), a implementação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), e a implementação do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior.

A construção coletiva da PNE, certamente, encontra, no contexto atual, a urgência na defesa de um projeto de sociedade no horizonte estratégico da ampliação dos direitos na perspectiva da emancipação humana. Nesta tarefa, as UFAs e seus sujeitos estão, nitidamente, envolvidos na qualificação e aprofundamento dos debates, proposições e práticas para a efetivação do papel do estágio supervisionado em consonância com as diretrizes curriculares e com a direção ético-política do Serviço Social brasileiro<sup>6</sup>.

O debate está acontecendo num contexto em que cresce a necessidade da articulação das entidades representativas da categoria, em torno da defesa do estágio qualificado, que se intensificou devido a diversos fatores. De um lado, está a ampliação do EaD e suas implicações na qualidade da formação profissional do assistente social, notadamente, na realização do estágio obrigatório, processo no qual temos constatado descumprimento ao que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares, com destaque para a não realização da supervisão conjunta entre supervisores acadêmicos e de campo e

---

<sup>6</sup> Estão ocorrendo neste ano de 2009 Oficinas Locais, fóruns, Oficinas Regionais e a Oficina Nacional de Graduação que vai consolidar o processo de debates da PNE.

problemas relacionados a carga horária prevista para essa atividade. De outro, a aprovação da lei 11.788, de 25/09/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências; considere-se também, e especialmente, a resolução CFESS N° 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

Essas legislações colocam diversas questões que rebatem no processo de formação profissional, trazendo novos desafios para as unidades de formação acadêmicas (UFAs), com destaque para o acompanhamento da modalidade do estágio não-obrigatório e as formas distintas em que este acompanhamento pode e deve se dar, em virtude da própria diversidade do percurso dos projetos pedagógicos das UFAs. Esta é uma tarefa que cabe à ABEPSS, que deliberou por traçar uma política nacional de estágio na área do Serviço Social, entendendo-a como fundamental para balizar os processos de mediação teórico-prática na integralidade da formação profissional do assistente social. Entendemos, também, que a discussão do estágio supervisionado, como importante componente curricular de síntese teórico-prática, remete às questões centrais que compõe a implementação das Diretrizes Curriculares, suas polêmicas e o balanço produzido pela já referida pesquisa sobre essa dimensão da formação.

Outro desafio atual é a construção dos Grupos de Temáticos de Pesquisa (GTPs) e envolve a consolidação da pesquisa e pós-graduação em Serviço Social. Trata-se aqui de preservar e aprofundar as conquistas da profissão, neste âmbito, em face de uma política de pós-graduação pautada em um conjunto de exigências produtivistas e quantitativistas. Nesse sentido, está em debate um documento base para a criação de espaços de discussão e redes temáticas de pesquisadores, dando concretude a uma antiga aspiração da categoria<sup>7</sup>, a ser adensado pelas diversas instâncias que compõem a categoria profissional. Um objetivo central é também avançar na qualificação do Serviço Social como área de produção de conhecimento socialmente relevante que venha a contribuir com o fortalecimento das lutas sociais no Brasil.

Por fim, outro enorme desafio é a implementação do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, em conjunto com o

---

<sup>7</sup> Destaca-se que este investimento remonta a década de 1990, quando da unificação entre Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS e a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social- ABESS. A partir daí, as diretorias da ABEPSS envidaram esforços no fortalecimento da pesquisa na área, donde decorre a proposta de formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa.

CFESS e a ENESSO, que envolve um conjunto de dimensões: Ações Relativas à Política Nacional de Fiscalização, Ações de Estudos e Pesquisas, Ações de Articulação com Entidades, Movimentos Sociais e Conselhos, Ações Junto ao MEC, Ações Junto ao Poder Legislativo, Ações Jurídicas, Ações de Comunicação e Mobilização. O Plano, que está divulgado nos meios eletrônicos das entidades nacionais, é uma sistematização unificada da ação política contra a precarização a que nos referimos anteriormente e algumas de suas ações já vem surtindo efeitos importantes, a exemplo de referenciar o Ministério Público em ações sobre o ensino de graduação a distância.

A construção destas lutas pauta-se na perspectiva da defesa dos princípios ético-políticos que fundamentam a direção social estratégica do projeto ético-político profissional e na análise da conjuntura contemporânea que nos indica percursos. No decurso histórico desses últimos 30 anos, a ABEPSS, como tentamos demonstrar, foi uma das protagonistas da construção coletiva, participando da organização político-profissional, patrimônio da categoria dos(as) assistentes sociais brasileiros, mediação fundamental para a vinculação deste projeto profissional a um projeto societário que garanta o atendimento das necessidades humanas.

### **Referências bibliográficas**

ABEPSS. *Para a construção de uma Política Nacional de Estágio da ABEPSS*: documento base. Brasília, 2009

\_\_\_\_\_. *A consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica*: documento base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). Brasília, 2009.

ABREU, Marina Maciel. *Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS como organismo acadêmico-político e associação científica*: perspectiva da unidade da graduação, pós-graduação e produção do conhecimento, desafios atuais In: *Serviço Social e Sociedade* nº 95. São Paulo: Cortez, 2008.

ARAÚJO. N.M.S. *Serviço Social e revisão curricular dos anos 90*. Recife, 2000. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco.

BOSCHETTI, I. História da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina: a visão da ABEPSS Gestão 1998-2000. *Temporalis. Ano 4, n° 7 (janeiro/junho de 2004) – Articulação Latino-Americana e Formação Profissional*. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

CARDOSO, I.C.C. et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. *Cadernos ABESS N° 7*. São Paulo: Cortez, 1997.

CFESS. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético político do Conjunto CFESS-CRESS. *Serviço Social e Sociedade N° 50*. São Paulo: Cortez, 1996.

IAMAMOTO, M.V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1999.

KOIKE, M.M.S. Jubileu de Ouro. *Cadernos ABESS N° 7*. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. As associações profissionais de Serviço Social e a articulação latino-americana: ABEPSS, CFESS, ENESSO e ALAETS. *Relatório da Oficina Regional da ABEPSS-NE*. João Pessoa, mimeo, 2003.

\_\_\_\_\_. História da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina: o Brasil na junta diretiva da ALAETS. *Temporalis. Ano 4, n° 7 (janeiro/junho de 2004) – Articulação Latino-Americana e Formação Profissional*. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

LOPES, J.B. A relação Serviço Social – Movimento Social: indicações para um estudo. *Serviço Social e Movimento Social n°1*. São Luís: EDUFMA, 1999.

\_\_\_\_\_. História da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina: significado e perspectivas da ALAETS e do CELATS para a organização dos profissionais no Brasil. *Temporalis. Ano 4, n° 7 (janeiro/junho de 2004) – Articulação Latino-Americana e Formação Profissional*. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

MENDES, J.M.R. As associações profissionais de Serviço Social e a articulação latino-americana: a perspectiva da ABEPSS. *Temporalis. Ano 4, n° 7 (janeiro/junho de 2004) – Articulação Latino-Americana e Formação Profissional*. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

NETTO, J.P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília: CEAD, 1999.

\_\_\_\_\_. Organizações e organização da formação do assistente social na América Latina – contemporaneidades. *Relatório do 8º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Juiz de Fora, mimeo, 2002.

PAIVA, B. A et al. Reformulação do Código de Ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos. *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez: CFESS, 1996.

RAMOS, S. R. *A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social*. Recife, 2005. Tese (Doutorado) – Pós-graduação de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco.

\_\_\_\_\_. Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros(as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional In: **Serviço Social e Sociedade n° 88**. São Paulo: Cortez, 2006.